



NOTAS SOBRE CARTOGRAFIA, TRANSVERSALIDADE E CO-PRODUÇÃO NO ESTUDO DOS FENÔMENOS URBANOS CONTEMPORÂNEOS

NOTES ON CARTOGRAPHY, TRANSVERSALITY AND CO-PRODUCTION IN THE STUDY OF CONTEMPORARY URBAN PHENOMENA

Paula Bruzzi Berquó*

Resumo

O presente artigo é um desdobramento da dissertação de mestrado “A Ocupação e a produção de espaços biopotentes em Belo Horizonte: entre rastros e emergências”. Desenvolvido entre 2013 e 2015, o trabalho buscou investigar possíveis contribuições do acontecimento “A Ocupação” para o engendramento, no contexto de Belo Horizonte, de espaços biopotentes – ou modos de espacialização singulares, alternativos àqueles calcados na mera reprodução dos modelos de sujeição capitalísticos. “A Ocupação” ocorreu em 7 de julho de 2013. Na ocasião, artistas e movimentos sociais da cidade ocuparam, por meio de atividades culturais diversas, o baixo do Viaduto Santa Tereza. Articulado em rede, de forma colaborativa e autônoma, o acontecimento incluiu um conjunto complexo de pautas, atores e processos. De forma a nele buscar pistas para o traçado de outros espaços possíveis na cidade, um desafio metodológico se impôs logo de início: era preciso encontrar caminhos que não o esvaziassem de sua multiplicidade – característica na qual apostávamos residir, justamente, o seu caráter biopotente. Para tanto, utilizamos como parâmetro a ideia de cartografia, tal como proposta por Felix Guattari e Gilles Deleuze em sua obra *Mil platôs* (1995), e dividimos o trabalho em três eixos: “Pistas”, “Rastros” e “Emergências”. No presente artigo retomaremos o primeiro deles – dedicado, justamente, ao enfrentamento desse desafio metodológico. Nele apresentaremos os conceitos de rizoma, cartografia, Hódos-metá e transversalidade para, ao final, delinear as táticas utilizadas para a realização, no âmbito do estudo de “A Ocupação”, do que chamamos “co-produção transversal”.

Palavras-chave: ocupação cultural; biopotência; cartografia; co-produção.

Abstract

This article is based on the dissertation “The occupy movement and the production of biopotent spaces in Belo Horizonte: between tracks and emergencies”. Developed between the years of 2013 and 2015, the study sought to investigate possible contributions of “a ocupação” movement for the raise, in the context of the city of Belo Horizonte, of biopotent spaces – or forms of spatial production that could differ from those based on the mere reproduction of capitalistic models. “A ocupação” movement took place on July 7, 2013 in the central area of Belo Horizonte. In the occasion, local artists and social movements occupied the area located beneath the Santa Tereza Viaduct through the promotion of several cultural activities. Thought in a collaborative and autonomous way, the event included a complex set of guidelines, actors and processes. In order to seek paths, within its dynamics, to the raise of other possible spaces in the city, a methodological challenge has been imposed at the outset: we had to find a method that would not deflate the act from its characteristic multiplicity – feature in which we thought resided its biopotent character. For that, we based our analysis on the idea of “cartography” – as proposed by Felix Guattari and Gilles Deleuze in the book *A Thousand Plateaus* (1995) – and we built the research through three different axis: “Clues”, “Traces” and “Emergencies”. In this article our aim is to address the first one – which confronts precisely this methodological challenge. For that we will firstly introduce the concepts of rhizome, cartography, Hodos-metá and transversality to outline, then, the specific tactics we used in the development of what we have named “transversal co-production”.

Keywords: cultural Occupy movements; biopotency; cartography; coproduction.

O presente artigo foi construído com base na dissertação de mestrado “A Ocupação e a produção de espaços biopotentes em Belo Horizonte: entre rastros e emergências”. Desenvolvido entre 2013 e 2015, o trabalho buscou investigar possíveis contribuições do acontecimento “A Ocupação” para o engendramento, no contexto de Belo Horizonte, de espaços biopotentes – ou modos de espacialização singulares, alternativos àqueles calcados na mera reprodução dos modelos de sujeição capitalísticos .

O ato “A Ocupação” foi realizado em 7 de julho de 2013 no Viaduto Santa Tereza. Na ocasião, o local foi ocupado por uma série de atividades culturais simultâneas, promovidas de maneira colaborativa e autônoma por artistas, estudantes e militantes da cidade. Alimentada tanto pelas experimentações político-estéticas historicamente realizadas na área quanto pelas manifestações de rua ocorridas na cidade em junho de 2013, a ação envolveu um emaranhado heterogêneo de processos, pautas e atores. Apesar da presença de alguns objetivos imediatos – provocar questionamentos em torno ao projeto da Fundação Municipal de Cultura “Corredor Cultural da Praça da Estação” e levantar possíveis formas de resistência à gentrificação da área – qualquer tentativa de enquadramento do ato em uma unidade identitária mostra-se demasiadamente redutora. Frente a tal situação, o trabalho em questão encontrou um desafio metodológico fundamental: como encontrar caminhos investigativos que não esvaziassem a ação de sua multiplicidade – característica na qual apostávamos residir, justamente, o seu caráter biopotente. [1]

Do reconhecimento da frequência com que tal desafio se apresenta no estudo dos fenômenos urbanos contemporâneos – os quais parecem se dar de forma cada vez mais fragmentária – decidimos assumir a questão metodológica como um segundo ponto de interesse teórico do trabalho. De forma transversal à análise propriamente dita de “A Ocupação”, nos dedicamos, portanto, à investigação das próprias táticas investigativas a serem utilizadas em seu estudo: estratégias que nos possibilitassem acompanhar o ato sem enquadrá-lo em um formato que, excessivamente objetivo, privassem-no daquilo que nos havia justamente motivado a abordá-lo.

Para tanto, partimos da cartografia, tal como proposta por Gilles Deleuze e Félix Guattari em sua obra *Mil platôs* (1995), e dividimos o trabalho em três eixos: “Pistas”, “Rastros” e “Emergências”. No primeiro eixo delineamos os conceitos e teorias que nos serviriam como balizas ao longo do trabalho investigativo. Com base nestas realizamos, no segundo eixo, uma ação de rastreio das dinâmicas que configuravam

[1] O conceito de biopotência é aqui considerado com base nas ideias desenvolvidas por Gilles Deleuze e Felix Guattari (1995) e retomadas por Peter Pal Pelbart (2011).

o multifacetado ambiente do nosso objeto-sujeito, “A Ocupação”. No terceiro, finalmente, nos detemos nas conexões que, em meio a esse processo, emergiram como possíveis “nós” entre e a tessitura do fenômeno e o engendramento de espaços biopotentes na cidade.

No presente artigo, nos limitaremos à retomada do primeiro eixo. Mais do que abordar os processos estético-políticos envolvidos em “A Ocupação”, interessa-nos aqui enfatizar questionamentos relativos especificamente às táticas utilizadas para o seu estudo. Para isso abordaremos, primeiramente, os conceitos de rizoma e cartografia, tais como desenvolvidos por Deleuze e Guattari (1995). Em seguida, discorreremos a respeito da “reversão metodológica” implicada na prática cartográfica, tomando-a como possível caminho para o estudo de fenômenos urbanos contemporâneos. Posteriormente, apresentaremos o conceito de transversalidade proposto por Felix Guattari na década de 1960 para, ao final, delinear os métodos utilizados, no âmbito do estudo de “A Ocupação”, para a realização de ensaios do que chamamos “co-produção transversal”.

1. Rizoma-cartografia

Na Introdução da obra *Mil Platôs* (1995), Félix Guattari e Gilles Deleuze tomam de empréstimo a noção de rizoma à Botânica para nomear uma forma de pensamento reticular e não-hierarquizada, contrária aos sistemas cognitivos “unitários”. Nessa perspectiva, as “estruturas” ou “bases” sobre as quais o conhecimento seria supostamente construído dão lugar a processos horizontais de produção, nos quais a teoria é constitutiva da prática. O funcionamento desse sistema, que se apresenta por si só como um manifesto, dá-se – a exemplo de como ocorre nos vegetais rizomórficos – por meio de ramificações planas que se propagam livremente, estabelecendo múltiplas conexões. A cartografia constitui, segundo os autores, um de seus princípios – fato que torna o entendimento do modelo rizomático incontornável para o estudo, que aqui pretendemos realizar, da prática cartográfica.

De forma a abordarmos os modos de funcionamento do rizoma, apresentaremos dois modelos de pensamento a ele relacionados: o sistema-raiz e o sistema-radícula. Veremos que se, como explicitam os autores, o rizoma difere-se tanto de um quanto de outro, é porque em tais modelos, ainda que de maneiras distintas, persiste uma forte ideia de unidade.

No caso do sistema-arborescente (ou sistema-raiz), modelo no qual se baseia grande parte do pensamento filosófico ocidental, isso se deve à

presença de uma estrutura principal, cuja expansão ocorre por meio de uma lógica binária (o Uno torna-se dois, que tornam-se quatro, e assim sucessivamente). Como exemplo desse tipo de raciocínio, Deleuze e Guattari apontam a árvore sintagmática proposta por Noam Chomsky no âmbito da linguística generativa. Neste modelo, todo o conjunto de pares, dicotômicos e sucessivos, derivam e dependem da Sentença (S), que funciona como raiz principal. Sem ela, extinguem-se todas as formas de combinação possíveis; não há sistema.

No modelo-radícula, por sua vez, a lógica binária é substituída por uma estrutura que comporta um grande número de derivações. Neste modelo, amplamente utilizado pela ciência moderna para a produção de séries expansivas, a raiz-principal é extinta, dando lugar a raízes secundárias das quais emergem um vasto conjunto de ramificações. A ideia de que tal processo ocasionaria necessariamente a abolição da noção unitária é, contudo, ilusória. As parcelas resultantes da eliminação da raiz principal apenas atestam a presença de uma unidade ainda mais abrangente: é como se as partes descolassem-se de um primeiro patamar normativo para atrelar-se a outro, situado em um nível ainda mais alto. Tal como apresentado por Deleuze e Guattari (1995), os aforismos de Friedrich Nietzsche, no âmbito filosófico, e as “raízes múltiplas” de James Joyce, no campo literário, configuram possíveis exemplos dessa “falsa ruptura” característica do sistema-radícula.

No caso de Nietzsche, se os aforismos assinalam um rompimento com o que poderíamos chamar de “unidade linear” do saber, só o fazem à medida que remetem, com isso, à unidade cíclica do eterno retorno. Na obra de Joyce, as raízes múltiplas também rompem com a unidade da palavra, mas apenas à medida que acrescentam uma outra unidade, também cíclica, ao texto. O modelo estrutural da raiz dá lugar, portanto, a uma espécie de sobrecodificação velada, que, apesar de não configurar uma base tal qual, faz-se presente em cada parcela do sistema. “É nesse sentido que a obra mais deliberadamente parcelar pode ser também apresentada como Obra Total ou o Grande Opus” (DELEUZE; GUATTARI, 1980, p. 14). Neste modelo, portanto, assim como ocorre no sistema-raiz, a multiplicidade encontra-se igualmente atada a uma instância suplementar e é, assim, também limitada no que se refere às possibilidades de conexão.

No rizoma, ao contrário, toda ideia de unidade é diluída. Diversamente dos sistemas descritos acima, nos quais os pontos e os seus próprios canais de conexão encontram-se condicionados à forte presença de uma unidade principal, em um tal sistema qualquer ponto pode (e deve) ser conectado a qualquer outro, independentemente de sua posição

ou natureza. Ao contrário da árvore sintagmática de Chomsky, que tem início em um ponto (S) e cresce por meio de derivações dicotômicas, em um rizoma, regimes de signo e cadeias semióticas de naturezas fundamentalmente diversas (sociais, biológicas, mas também políticas, econômicas, dentre outras) são postas em relação sem qualquer sorte de hierarquia. Trata-se de fazer o múltiplo, “não acrescentando sempre uma dimensão superior, mas, ao contrário, de maneira simples, com força de sobriedade, no nível das dimensões de que se dispõe, sempre n-1 (é somente assim que o Uno faz parte do múltiplo, estando sempre subtraído dele)” (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p. 14-15).

A multiplicidade emerge, portanto, não como derivação do Uno, ou resultado de uma situação na qual este encontra-se incluído (n + 1), mas a revelia de qualquer tentativa de totalização e unificação. O rizoma não condiciona a sua proliferação, limitando-a a combinações finitas de conexão, seja por meio de uma lógica binária (Uno torna-se dois) ou supostamente expansiva (Uno torna-se três ou mais); ele opera por contaminação.

Em um tal sistema, as próprias noções de ponto e posição tendem a se extinguir. Mais do que um conjunto passível de análise topológica, trata-se, assim, de uma circulação de estados. As marcações estáticas, tão caras aos modelos estruturais, dão, nele, lugar a um movimento constante, que com suas velocidades variáveis, fazem do ponto, linha, e dos lugares fixos, vetores de passagem. Nesse processo, a unidade (sujeito individuado), dissolve-se em prol da emergência de uma ação em fluxo: no lugar de uma energia concentrada, surge uma intensidade múltipla e expansiva. “Quando Glenn Gould acelera a execução de uma passagem não age exclusivamente como virtuose; transforma os pontos musicais em linhas, faz proliferar o conjunto” (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p. 17). A música, possível imagem desse sistema, ajuda-nos a perceber sua natureza essencialmente cambiante, bem como a relação, que nele se estabelece, entre movimento e conexão. Num rizoma, a velocidade dilui o ponto e expande a rede; nele não há unidades, mas dimensões cujo crescimento depende, necessariamente, do estabelecimento de novas conexões.

A expansão de tais dimensões não ocorre, contudo, sem que a própria multiplicidade mude de natureza. Esse processo, ao qual Deleuze e Guattari deram o nome de “agenciamento”, dá-se por meio das chamadas linhas de fuga, e ocorre “fora de todas as multiplicidades”, em meio ao que os autores denominaram “plano de consistência” (DELEUZE; GUATTARI, 1995). Diferentemente das pseudomultiplicidades presentes nos sistemas arborescentes, cuja definição (totalizante)

dá-se pela presença de um significante hegemônico e de uma condição estável, a multiplicidade (ou rizoma) só pode ser definida a partir de sua correlação com o fora, das conexões que estabelece no plano de consistência, e das variações sofridas em meio a esse processo. Em outras palavras, a conexão é a própria condição de existência da multiplicidade, e a linha de fuga, a única capaz de defini-la enquanto tal.

Poderíamos intuir, neste ponto, que o rizoma se refere aos constantes processos (coletivos) de formação de uma ideia ou de um mundo (operada por meio de desterritorialização), enquanto, de maneira oposta, as formas estabelecidas, organizadas e estruturadas (os territórios) remetem aos sistemas-raiz. O que ocorre, no entanto, é que ambas as dinâmicas não poderiam ocorrer senão de maneira entrelaçada. “Como é possível que os movimentos de desterritorialização e os processos de reterritorialização não fossem relativos, não estivessem em perpétua ramificação, presos uns aos outros?” (GUATTARI; DELEUZE, 1995, p. 18). E, assim, a relação entre o rizoma e a raiz (árvore ou radícula) atinge um outro nível de complexidade. Não se trata de um dualismo, o qual iria, inclusive, contra toda a ideia de multiplicidade, mas de uma contínua inter-relação.

O próprio rizoma compreende, além das linhas de segmentaridade – divididas entre segmentaridade dura (linhas molares), e segmentaridade flexível (linhas moleculares) – as próprias linhas de fuga. Se as primeiras engendram formas, por meio das quais o rizoma passa a ser atribuído, estratificado e significado; e as segundas arrancam dos contornos partículas em velocidade, fazem correr, entre os segmentos, fluxos de desterritorialização e geram “embaralhamentos” ou microfissuras em meio às hierarquias, pelas últimas operam-se fugas que desestruturam tais atribuições, levando-as a um estado processual, a uma condição de gerúndio permanente (em-formação) rumo ao desconhecido. Segundo Deleuze e Guattari,

há ruptura no rizoma cada vez que linhas segmentares explodem numa linha de fuga, mas a linha de fuga faz parte do rizoma. Estas linhas não param de se remeter uma às outras. É por isto que não se pode contar com um dualismo ou uma dicotomia, nem mesmo sob a forma rudimentar do bom e do mau.

(DELEUZE; GUATTARI, 1995, p. 18)

Não devemos, portanto, entender o rizoma e a árvore-raiz como modelos opostos. Se a árvore configura um modelo ou uma forma atribuída (pontos localizáveis), em que se operam, contudo, fugas contínuas, o

[2] De fato, segundo Deleuze e Guattari (1995), “existem nós de arborescência nos rizomas, empuxos rizomáticos nas raízes. Bem mais, existem formações despóticas, de imanência e de canalização, próprias aos rizomas. Há deformações anárquicas no sistema transcendente das árvores; raízes aéreas e hastes subterrâneas” (p. 31).

[3] Neste ponto deve-se destacar, contudo, o fato de que, tal como o sistema rizoma-raiz, o binômio mapa-decalque também não compõe uma dicotomia, apresentando, ao invés disso, variadas possibilidades de agenciamento. Dentre as combinações possíveis, destaquemos duas: o mapa conectado ao decalque, e o decalque projetado sobre o mapa. Ora, a primeira possibilidade não se efetua pelo simples fato de que um mapa conectado ao decalque é, necessariamente, outro decalque. O decalque é incapaz de reproduzir um mapa. O que reproduz é uma imagem, sua versão do mapa, estabilizada, estruturada e fragmentada. Nesse processo, do mapa tem-se apenas os impasses, germes de estruturação, entaves e pivôs incipientes. O segundo caminho possível, em que o decalque é reconectado ao mapa, pode e deve ser realizado. Segundo Deleuze e Guattari, “seria necessário sempre ressituar os impasses no mapa e por aí abri-los sobre linhas de fuga

possíveis” (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p. 24). Os decalques, com seus impasses e estruturas embrionárias, configurariam, assim, uma dentre as múltiplas entradas possíveis de um mapa. Nesse caso, observadas – como pontuam os autores – as devidas precauções, a entrada ocorreria por meio dos próprios territórios enrijecidos, os quais serviriam, ao menos em um primeiro momento, como uma espécie de apoio. Outra opção, contudo, seria adentrar a cartografia diretamente pelas linhas de fuga, ou seja, justamente por aquilo que, nela, rompe com as estruturas, explode as zonas estratificadas e opera agenciamentos.

[4] A análise de “A Ocupação” que aqui propomos é cartográfica no sentido que propõem Deleuze e Guattari. Trata-se de uma tentativa de apreender os fluxos que subjazem os atos ocupatórios, entendendo-os como potencialmente capazes de ativar a produção de espaços biopotentes em Belo Horizonte. As cartografias geográficas utilizadas serão, assim, tomadas como forma de auxiliar esse processo.

rizoma, diversamente, atua como um processo imanente (linhas), por meio do qual o próprio modelo é revertido – mesmo que no seio desse movimento possam surgir formas próprias de hierarquia [2]. É assim que, se a árvore age como um decalque, uma tradução palpável dos processos rizomáticos, ou ainda, um modelo passível de reprodução, o rizoma, ao desestruturar tais modelos, esboça o que Deleuze e Guattari chamaram de cartografia.

Compor um mapa (ou uma cartografia) não significa, assim, re-produzir ou re-apresentar uma situação já dada, mas, ao contrário, implicar-se em sua própria produção; contribuir, em meio aos seus processos, para o desbloqueio dos fluxos e a conexão das multiplicidades. Diferentemente do decalque, que opera por tradução, estabilizando e neutralizando as multiplicidades, o mapa interfere em seu movimento, age em meio as suas intensidades, potencializando, assim, os agenciamentos. Nas palavras de Deleuze e Guattari, “se o mapa se opõe ao decalque é por estar inteiramente voltado para uma experimentação ancorada no real” (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p. 22). Se o decalque extrai imagens estáticas de uma certa realidade, o mapa implica no seu próprio traçado.

Fazer uma cartografia é, portanto, atuar por meio de “performance” e não de “competência”; é agir “entre as coisas”, no plano dos afetos que pedem passagem, e não a partir de figuras já codificadas. Trata-se, por fim, de fazer não árvore, mas rizoma – e de permitir, assim como este, múltiplas entradas e saídas [3].

O termo adquire, portanto, um sentido fundamentalmente diverso daquele que lhe é atribuído no âmbito da geografia, apesar de ter ali a sua origem. Diferentemente da cartografia geográfica, em que territórios tais quais se desenham no campo do visível, o mapa ou a cartografia são aqui entendidos como o estudo das maneiras, invisíveis, com que se agenciam potências ativas de criação e expansão da realidade [4]. Dessa maneira, também os territórios não correspondem, como na geografia, a contornos utilizados para representar fronteiras fixas. Ao contrário, trata-se de todo e qualquer processo de “tomada de forma” de uma ideia, ou, em outras palavras, de sua constituição em “matéria” apenas temporariamente instável, já que apta a sofrer contínuas desterritorializações ou desmanchamentos. Nessa perspectiva, um espaço pode constituir um território, assim como uma língua, uma ideia ou um determinado modo de pensamento.

Finalmente, a cartografia tal como a entendem Deleuze e Guattari (1995) baseia-se no estudo e na problematização das composições (sempre em processo) dos fluxos que constituem um rizoma.

Cartografar um processo seria, nessa perspectiva, não definir, mas apresentar e experimentar, identificar as possibilidades que, nele, um rizoma encontra para se expandir. Trata-se de investigar como, em meio às suas dinâmicas, operam as linhas de segmentaridade duras e flexíveis; reconhecer os momentos em que há enraizamentos e obstruções, os processos de tomada de poder por parte de um significativo, mas também as micro-fissuras, os desvios e os fluxos que os subjazem; salientar os momentos em que diferenças de intensidade promovem desterritorializações absolutas, perceber as linhas de fuga.

Assim, a cartografia só pode ser realizada em situações concretas. Traçar um mapa é habitar um território, desbravar uma realidade que já se apresenta, ela própria, como uma espécie de “mapa móvel”, instável, acêntrico e assignificante. Para tanto, é preciso render-se aos fluxos e, como bem pontua Suely Rolnik (2006), “deixar o corpo vibrar”. Pois não seria precisamente este o desafio dos cartógrafos: dar vazão às intensidades que pedem passagem?

Ora, no caso do estudo de “A Ocupação”, para que a realização de um tal traçado fosse possível, era necessário lançar mão de uma conduta necessariamente diversa daquelas tradicionalmente utilizadas em pesquisas científicas. Era preciso, em outras palavras, encontrar caminhos que se baseassem não na composição a priori de metas (capazes de nos conduzir a determinado resultado), mas na própria experiência do ato e, principalmente, na aceitação das possíveis interferências que tal gesto pudesse ocasionar. É ao afrontamento das diferenças entre uma tal conduta e as metodologias comumente utilizadas na investigação de fenômenos urbanos que dedicaremos o item que se segue.

2. Hódos-metá: o caminho como meta

Segundo Passos, Kastrup e Escóssia,

a metodologia, quando se impõe como palavra de ordem, define-se por regras previamente estabelecidas. Daí o sentido tradicional de metodologia que está impresso na própria etimologia da palavra: metá-Hódos. Com essa direção, a pesquisa é definida como um caminho (Hódos) predeterminado pelas metas dadas de partida. Por sua vez, a cartografia propõe uma reversão metodológica: transformar o metá-Hódos em Hódos-metá. Essa reversão consiste numa aposta na

experimentação do pensamento – um método não para ser aplicado, mas para ser experimentado, assumido como atitude.
(PASSOS; KASTRUP; ESCÓSSIA, 2009, p. 10)

Neste item, abordaremos a cartografia sob a ótica dessa reversão metodológica. O nosso intuito é apontar as diferenças entre o que chamamos “percursos cartográficos” e as estratégias científicas nas quais, tal como descrevem Passos, Kastrup e Escóssia (2009), a metodologia impõe-se como palavra de ordem. Trata-se de uma tentativa de encontrar espaço, no campo dos estudos urbanos, para investigações performativas, nas quais o interesse seja voltado para o próprio caminho (Hódos-metá).

Conforme aponta Alfredo Veiga-Neto (1996), o paradigma da ciência moderna baseia-se nas ideias de racionalidade, consciência, sujeito soberano, progresso e totalidade. Segundo o autor, tais princípios, apesar de ainda muito presentes na contemporaneidade, remontam ao longínquo século XVI, quando estudiosos como Descartes, Newton e principalmente Galileu criam, com suas investigações empíricas, as bases da racionalidade científica. Inspirado pelas notáveis descobertas destes pensadores, Auguste Comte toma de empréstimo as diretrizes da Nova Ciência por eles fundada para estruturar, no século XIX, as bases do que veio a se chamar “positivismo”. É principalmente por meio dessa corrente de pensamento que o paradigma científico, antes restrito às Ciências Exatas e da Natureza, consolida-se também no âmbito dos estudos sociais, impondo-se, ao menos na cultura ocidental, como forma hegemônica do saber (VEIGA-NETO, 1996). Assim como os cientistas do século XVI, os positivistas sustentavam que o acesso à “realidade” ou à “verdade” seria possível apenas por meio da análise quantitativa e da observação neutra e repetitiva dos fatos, sendo as demais “formas de conhecimento” imprecisas e, portanto, ilegítimas.

Tais ideias ecoaram de maneira decisiva nas então recém-criadas Ciências Humanas e no próprio Urbanismo, o qual repetiu e, em grande medida, repete ainda hoje, os seus preceitos. É assim que o dispositivo experimental como meio de provar hipóteses, e a própria ideia de diagnóstico como a única via possível para a elaboração destas últimas, apresentam-se, ainda neste momento, como princípios-guia amplamente utilizados para se afrontar os fenômenos urbanos – enquanto estes, por sua vez, parecem relutar cada vez mais (dadas as novas possibilidades aportadas pelas redes digitais) em responder com a esperada exatidão e coerência.

A popularidade de tal procedimento no âmbito urbano deve-se principalmente à ressonância encontrada pelo método científico no chamado Urbanismo Modernista – o qual assume ainda hoje, e especialmente no Brasil, papel de referência. O livro “Urbanismo” (1924), escrito por Le Corbusier com o declarado objetivo de formular “leis” para o estudo da cidade, é um dos mais simbólicos indícios dessa influência. O livro divide-se em três partes, as quais correspondem a cada um dos procedimentos indicados por Galileu: diagnóstico, teorização e experimento.

Na primeira parte, o uso do termo “diagnóstico” mostra-se sintomático. Herdado das práticas higienistas do século XIX – por meio das quais operaram-se movimentos de verdadeira “limpeza social” nos centros urbanos da época – o termo remete à ideia de “doença” e insinua a necessidade de um “tratamento”. Este teria como intuito restaurar uma suposta “saúde” da cidade, ou, em outras palavras, um modelo urbano asséptico, tratado como ideal. O diagnóstico apresenta-se, assim, como prática voltada especificamente para o reconhecimento de deficiências (em sua maioria de ordem técnica) com relação a certo “modelo ideal” – e não ao contrário, para a apreensão de possíveis potencialidades. A segunda parte do livro corresponde à teorização e análise dos problemas “diagnosticados” e à formulação de hipóteses. Finalmente, o “experimento” indica propostas de aplicação prática das teorias.

Observa-se que grande parte dos estudos urbanos de “caráter experimental” realizados atualmente têm como princípio a atestação de hipóteses, formuladas, geralmente, por meio de “diagnósticos”. Por meio destas, após a realização in loco do experimento, são produzidos dados estatísticos, a partir dos quais faz-se uma análise – em geral estritamente quantitativa – observando-se as diferenças e convergências entre as condições apresentadas em cada uma das situações.

A cartografia, de maneira diversa, não pressupõe diagnósticos, hipóteses ou técnicas de averiguação. Como vimos, a ideia que a norteia é, ao contrário, a de “acompanhar processos”, ou, em outras palavras, de seguir “linhas” já em curso, implicando-se no campo de forças que definem as suas trajetórias. A primazia que nas metodologias acima descritas é delegada ao resultado, nesse tipo de prática volta-se, portanto, para o próprio caminho, em meio ao qual mais do que objetivos rígidos ou regras pré-definidas, o que se observa é uma condição de constante abertura.

Ora, para que tal conjuntura de abertura seja possível parece-nos necessário lançar mão de uma atitude necessariamente transversal. É precisamente à tentativa de delineamento de uma tal atitude que nos dedicaremos no item a seguir.

3. Transversalidade e co-produção

A transversalidade é uma dimensão que pretende superar os dois impasses, o de uma pura verticalidade e o de uma simples horizontalidade; ela tende a se realizar quando uma comunicação se efetua entre os diferentes níveis e sobretudo nos diferentes sentidos.
(GUATTARI, 1985, p. 96)

A transversalidade configura, no pensamento de Felix Guattari, um terceiro eixo possível, nem vertical (entendido como hierarquia), nem horizontal (entendido como homogeneização) – que desestabiliza e embaralha as lógicas hegemônicas de organização do campo social, inserindo, em meio ao plano bidimensional que as abriga, uma espécie de coeficiente de desestabilização. Para elucidarmos o funcionamento de tal processo, recorreremos, com base nas ideias de Eduardo Passos e Regina Benevides (2009), à análise de um sistema de coordenadas.

Segundo os autores, podemos considerar a forma hegemônica de organização do socius como um plano cartesiano em que linhas verticais e horizontais produzem-se por meio do rebatimento de variáveis maiores em variáveis menores – e no qual a operação de transversalização opera entre uma e outra direção, desestabilizando-as em prol da emergência de outros tipos de conexão. Em um tal plano, as linhas verticais são formadas por variáveis maiores – homem, adulto, rico, heterossexual – as quais, rebatidas em variáveis menores – mulher, criança, pobre, homossexual – dão origem à linha horizontal. No cerne da constituição desse metro-padrão de equalização das relações sociais temos a expressão de duas lógicas principais: de hierarquização e de corporativismo. A hierarquia encontra-se expressa pela diferenciação entre os dois tipos de linhas (homem x mulher, adulto x criança) entre as quais há uma relação de assujeitamento (as segundas estão assujeitadas às primeiras). Ao mesmo tempo, contudo, observa-se um processo de achatamento das diferenças em prol da constituição de conjuntos homogêneos. Isso ocorre tanto na linha vertical, da qual emerge uma espécie de conjunto ideal (homem-adulto-rico-heterossexual), quanto na linha horizontal, que acaba por configurar, ao contrário, uma sorte de bloco dos “diferentes”.

Entretanto, em meio a essa organização rígida, fragmentos se descolam, gerando processos de transversalização. Nesse movimento, “as

variáveis menores se tornam o meio (medium) de um devir minoritário dotado de potência heterogenética ou de diferenciação (o que Simondon (apud PASSOS, BENEVIDES, 2009, p. 29) designou de energia potencial)” (PASSOS, BENEVIDES, 2009, p. 29). Em outras palavras, tem-se momentos em que a típica dinâmica de rebatimento ou de oposição das variáveis do metro-padrão dá lugar a um movimento de caotização por meio do qual novos arranjos do socius são potencialmente produzidos [5].

Voltemo-nos, com isso, ao delineamento do plano de transversalidade a partir da perspectiva da prática cartográfica. A pergunta que nos colocamos é: como a cartografia pode nos ajudar a acessar os momentos quentes de uma dada rede, de forma a expandir a energia potencial dos seus devires minoritários?

Tomemos tal pergunta sob a ótica específica do estudo de “A Ocupação”. Para que conseguíssemos abarcar os possíveis vetores de desarranjo do status quo presentes em meio ao ato era preciso, antes de mais nada, assumirmos uma postura que possibilitasse o acesso, ainda que incipiente, ao plano das forças coletivas que o constitui. Para isso, era necessário proceder a um tipo de análise alternativa tanto ao modelo vertical/hierárquico – em que o pesquisador analisa o objeto de cima para baixo – quanto ao modelo horizontal/homogeneizante – em que as dinâmicas em questão são tomadas da perspectiva de um fechamento identitário. Era preciso, em outras palavras, assumir uma abordagem ela própria transversal, por meio da qual a produção-investigação se desse a partir da implicação de pontos de vista variados.

Passos e Eirado (2009) abordam a transversalidade a partir desse viés. Com base nas teorias desenvolvidas por Felix Guattari, os autores consideram tal conceito a partir da perspectiva da comunicação e, mais especificamente, como relativa à emergência de um plano comunicacional ampliado entre sujeitos e grupos [6].

O que eles denominam quanta de transversalidade refere-se, assim, ao “grau de abertura” apresentado por determinada dinâmica comunicacional intra ou intergrupala. Esses quanta podem variar de um nível mínimo (expresso, em um processo comunicativo, pela hegemonia de um ponto de vista proprietário) até um máximo (em que a experiência comunicacional “encarna” as próprias flutuações do plano de comunicação), passando por níveis intermediários marcados pela emergência de pontos de vista múltiplos e não proprietários.

[5] Segundo Passos e Benevides, a estes movimentos de desarranjo Guattari deu o nome de “caosmose”. Cf. (I) PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCOSSIA, Lílina. *Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulina, 2009; (II) GUATTARI, Félix. *Caosmose*. Um novo paradigma estético. São Paulo: Editora 34, 1992.

[6] Ao formular o conceito na década de 1964, Guattari o descreve como referente ao aumento dos quanta comunicacionais entre sujeitos e grupos em uma instituição: uma espécie de tentativa de ir sempre do Uno ao coletivo, entendendo o coletivo não como agrupamento homogêneo, mas como terreno marcado pelas diferenças. Cf. PASSOS, Eduardo; BENEVIDES, Regina. A cartografia como método de pesquisa-intervenção. In: PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCOSSIA, Lílina da. *Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Ed. Sulina, 2009, p. 17-31.

Se considerada do ponto de vista da prática cartográfica, tal ideia configura uma possível referência para a constituição, em meio à investigação-percurso, de um plano atravessado, no qual a primazia do ponto de vista do observador dá lugar à emergência de um plano compartilhado por vozes múltiplas.

Segundo os autores,

a transversalidade como princípio metodológico dá direção a uma experiência de comunicação que faz variar os pontos de vista, mais do que aboli-los. Na verdade, trata-se da possibilidade de habitar os pontos de vista em sua emergência, sem identificação e sem apego a qualquer um deles. (...) Ser atravessado pelas múltiplas vozes que perpassam um processo, sem adotar nenhuma como sendo a própria ou definitiva conjurando o que em cada uma delas há de separatividade, historicidade e fechamento tanto ao coletivo quanto ao seu processo de constituição.
(EIRADO; PASSOS, 2009)

É nesse sentido que propusemos tomar a transversalidade como ethos da prática cartográfica, considerando-a como caminho para a emergência de uma dinâmica investigativa ela própria conjunta. Se, na perspectiva dos autores, tal ideia “deve ser pensada sob a base de uma comunidade, ou seja, de um ser-comum” (EIRADO; PASSOS, 2009), a nossa proposta foi pensá-la como referente à criação do que chamamos “plano de co-produção” no seio da própria pesquisa. Foi assim, finalmente, que intentamos acessar possíveis vetores de transversalização – ou, dito de outro modo, de desestabilização dos eixos hegemônicos do socius – presentes em “A Ocupação”: a partir de uma sua abordagem ela mesma coletiva e transversal. Para tanto, utilizamos dois recursos principais, os quais encontram-se delineados a seguir: a realização de três pequenas assembleias – às quais chamamos Roda de Conversa #1, #2 e #3 – e a construção do que denominamos “Diagrama Espaço-Tempo-Processo”.

3.1 Roda de conversa

A Roda de Conversa surgiu como estratégia do Grupo de Pesquisa Indisciplinar (Escola de Arquitetura da UFMG) em 6 de novembro de 2014. Nesta data foi realizada uma primeira experiência que, com o objetivo de gerar conteúdo para a escrita conjunta de um artigo acadêmico, envolveu diversos integrantes de movimentos culturais e sociais da cidade.

As três Rodas de Conversa que integraram a dissertação em questão foram realizadas entre 2014 e 2015, com base no aprendizado adquirido com essa primeira experiência. O seu objetivo foi o de reunir pessoas envolvidas em “A Ocupação” para uma discussão aberta a respeito das percepções e questões surgidas em meio aos seus processos. A ideia era, em outras palavras, criar condições para que a produção de conhecimento a respeito do ato fosse feita, assim como este, de maneira colaborativa.

Por isso o formato de Roda, e não de entrevista. O objetivo não era alimentar um ponto de vista (no caso, o de quem escreve) com outros, expressos um a um por meio de conversas bilaterais. Mais do que isso, tratava-se de gerar condições para a emergência de um plano compartilhado, em que pontos de vista variados pudessem afetar-se mutuamente. Ao invés de recolher dados, esperou-se, assim, produzi-los transversalmente – tentando ampliar as condições de comunicação para além de uma verticalidade hierárquica ou uma horizontalidade homogeneizante.

A Roda de Conversa #1 foi realizada na tarde do dia 8 de dezembro de 2014, na área do baixio do Viaduto Santa Tereza, e contou com a presença de Sílvia Andrade, Gabriel Murilo, Drica Mitre, Cléssio Cunha e Thálita Motta. A Roda de Conversa #2 realizou-se no mesmo local, no dia 19 de dezembro de 2014 e teve como participantes Gabriel Murilo, Francisco Cereno, Thálita Motta e PG Rocha. A terceira e última Roda de Conversa foi realizada em 27 de janeiro de 2015, no Viaduto Santa Margarida, no Barreiro [7]. Trata-se do local de ocorrência da quinta edição de “A Ocupação”, em 14 de dezembro de 2013. Dela participaram cinco das pessoas envolvidas na articulação do ato: João Paiva, Isabela, Juliana, Pedro e David Narvaez (responsável também pelos registros fotográfico e audiovisual do encontro). A ideia, com tal Roda, era percorrer os desvios territoriais realizados pela própria “A Ocupação”, adentrando o universo de grupos que passaram a fazer parte do movimento após a realização de sua primeira edição no Viaduto Santa Tereza.

O conteúdo sonoro registrado durante os três encontros foi transcrito pela autora e compartilhado com os demais participantes por meio da plataforma GoogleDocs. A ideia era que cada um deles pudesse intervir livremente em suas falas, completando ou reelaborando as informações presentes no registro oral. O material resultante dessa dinâmica, incluído na íntegra como Apêndice da Dissertação, foi utilizado em diversos trechos do texto – de maneira entrecruzada a considerações da própria autora, fatos históricos e citações teóricas utilizadas para a abordagem do ato.

[7] O Barreiro é uma das nove regionais do município de Belo Horizonte. Localizada em sua porção sudoeste, a região faz limite com os municípios de Contagem, Ibirité, Brumadinho e Nova Lima. Conforme levantamento do Censo 2010, ela é formada por 54 bairros, 18 vilas, possui 70 mil domicílios e 283.544 habitantes (PREFEITURA DE BELO HORIZONTE, 2015).

[8] O diagrama em questão é fruto de um trabalho de co-produção do grupo de pesquisa Indisciplinar e contou com a colaboração dos pesquisadores Marília Pimenta, André Victor Ramos e da estudante Ana Cecília Souza. A sua execução ocorreu transversalmente aos projetos de pesquisa desenvolvidos pelo grupo e integrou as ações de extensão empreendidas pelo eixo “Cultura e Território”.

[9] As cores da legenda foram pensadas não apenas como instrumentos de identificação, mas também como elementos simbólicos. O amarelo, por exemplo, foi utilizado para identificar os “Protestos” (ocorridos na cidade em junho de 2013) por ser a cor-símbolo do Comitê dos Atingidos pela Copa. Já a cor laranja foi usada para a identificação das “Manifestações Culturais de Resistência” por ser a cor-símbolo do movimento “Fora Lacerda”, importante exemplar de tais experiências na cidade. Com o uso de tais cores pretendemos nos aproximar das lutas emplacadas por tais atores – a partir do reconhecimento de que tais lutas se dão, em grande medida, também por meio de tais símbolos.

10. A Legenda de Cores foi desenvolvida com a colaboração da pesquisadora e estudante de arquitetura Marília Pimenta.

Img. 1 Legenda de Cores. Fonte: própria autora [10]

3.2 Diagrama Espaço-Tempo-Processo⁸

O Diagrama Espaço-Tempo-Processo é a base a partir da qual desenvolveu-se o trabalho de “rastreo” empreendido no segundo eixo do trabalho em questão, denominado “Rastros”. Para a sua concepção partimos da análise das próprias dinâmicas de “A Ocupação” e da tentativa de, desviando-nos da redução de seu conteúdo a um sistema pré-definido de códigos e representações, desenvolvermos um tratamento ele próprio heterogêneo. A ideia era criar, para isso, uma espécie de composição entre os seus espaços, tempos e processos.

Iniciamos o trabalho pela construção de uma legenda (imagem 1), por meio da qual cada ator-processo identificado no ato assumiria uma cor própria [9]. Foi com base neste sistema de identificação que desenvolvemos, posteriormente, os três elementos que formariam, juntos, o diagrama: as Linhas Textuais (imagem 2), os Mapas (imagem 3) e a Linha do Tempo (imagem 4). As Linhas Textuais foram inseridas à margem esquerda de cada uma das páginas do eixo “Rastros”, dando a ver as dinâmicas abordadas em cada uma de suas partes. Os Mapas, por sua vez, foram colocados pontualmente em meio ao texto, e tiveram por objetivo localizar territorialmente tais processos. A Linha do Tempo, finalmente, foi incluída ao fim do referido eixo, configurando uma espécie de referência temporal para os assuntos abordados.

As cores funcionam como elo de conexão entre as diversas partes do Diagrama: a cor laranja que aparece nos Mapas indicando os espaços de atuação das “Manifestações Culturais de Resistência”, por exemplo,



processo. A sua transposição, em cortejo, de uma ocupação a outra, configurou um gesto fortemente simbólico de conexão entre ambos atos⁶³.

Figura 15: Bandeirão “ônibus sem catracas” na Câmara Municipal de Belo Horizonte



Fonte: MÍDIA NINJA, 2013.

No que se refere aos pontos de confluência entre a **Ocupação da Câmara** e a **Ocupação**, um momento anterior ao de realização do cortejo entre um e outro movimento precisa, contudo, ser destacado. Trata-se da própria ocasião em que se decide, dentro desta primeira, pela realização da última: a Reunião Extraordinária da Assembleia Popular Horizontal – ocorrida no dia 2 de julho.

Na ocasião, os integrantes do **Comitê Popular de Arte e Cultura**, e de cada um dos dez Grupos Temáticos que compunham, à época, a **Assembleia Popular Horizontal** reuniram-se em meio ao jardim da Câmara, a fim de destacar pautas prioritárias dos **protestos** a serem abarcadas, naquele momento, pelo grupo (Figura 16). Ora, foi justamente neste momento, especificamente nas discussões realizadas pelo Comitê, que, como descrito no texto publicado em 5 de julho na **Fanpage A Ocupação no Facebook** (ver Figura 04), que “O Evento”, então previsto para realizar-se no baio do **Viaduto Santa Tereza** pelo coletivo **Família de Rua** e os alunos da **Disciplina UNI 009 Cartografias Críticas** da Escola de Arquitetura da UFMG – voltada para a análise dos possíveis efeitos generativos do programa urbanístico **Corredor Cultural Praça da Estação** – foi amplificado, dando origem à **Ocupação**.

⁶³ Voltaremos a abordar este ponto no item 2.14 do presente trabalho.

Figura 16: Reunião do Comitê Popular de Arte e Cultura na Ocupação da Câmara em 2 de julho de 2013



Fonte: ASSEMBLEIA POPULAR HORIZONTAL, 2013.

Voltaremos a este ponto mais adiante. Antes disso é preciso desenredar as muitas linhas que aqui confluem. Referentes aos diversos **ambientes, atores e processos** pelos quais a **Ocupação** permeia, elas revelam que o ato, apesar de intrinsecamente conectado aos Protestos ocorridos em junho – e à **Ocupação da Câmara**, que é um de seus desdobramentos – abrange diversas outras pautas, algumas das quais lançadas muito antes de sua eclosão. De forma a fazer-nos compreender, propomos um recuo no tempo, mais especificamente ao início do ano de 2013, época em que o Programa Corredor Cultural da Praça da Estação, ao ser apresentado publicamente pela Fundação Municipal de Cultura, torna-se uma das principais pautas de discussão dos movimentos sociais e culturais da cidade.

2.3 Programa Corredor Cultural da Praça da Estação

O Programa “Corredor Cultural Estação das Artes”, posteriormente denominado “Corredor Cultural da Praça da Estação”⁶⁴, havia sido instituído pela Fundação Municipal de Cultura de Belo Horizonte (FMC) ainda no fim de 2012. Criado com o intuito de

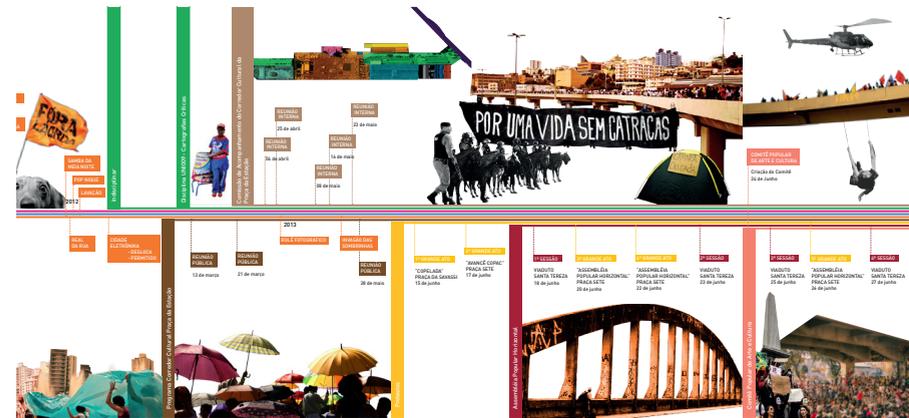
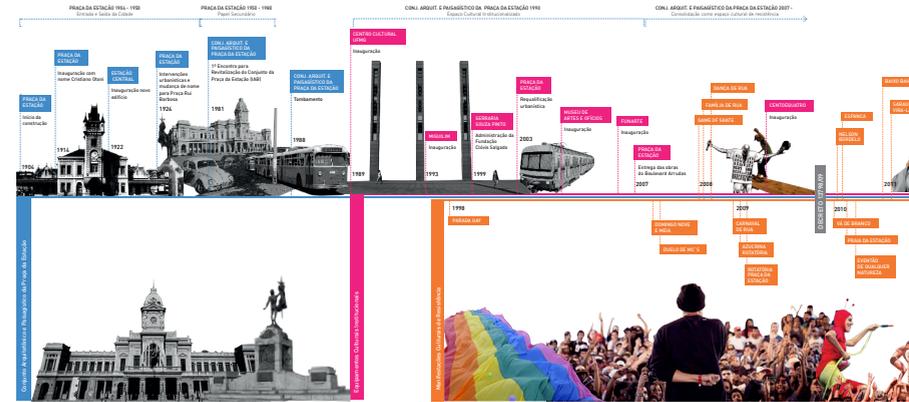
⁶⁴ Desde a sua apresentação inicial, o nome do programa sofreu diversas alterações. De “Programa Corredor Cultural Estação das Artes”, este alterou-se, já nas primeiras reuniões públicas, para “Programa Corredor Cultural Praça da Estação”, e, mais recentemente, para “Programa Zona Cultural Praça da Estação”.

Img. 2 Linhas Textuais .
Fonte: própria autora [11]

[11] As Linhas Textuais foram desenvolvidas em colaboração com a pesquisadora e estudante de arquitetura Marília Pimenta.

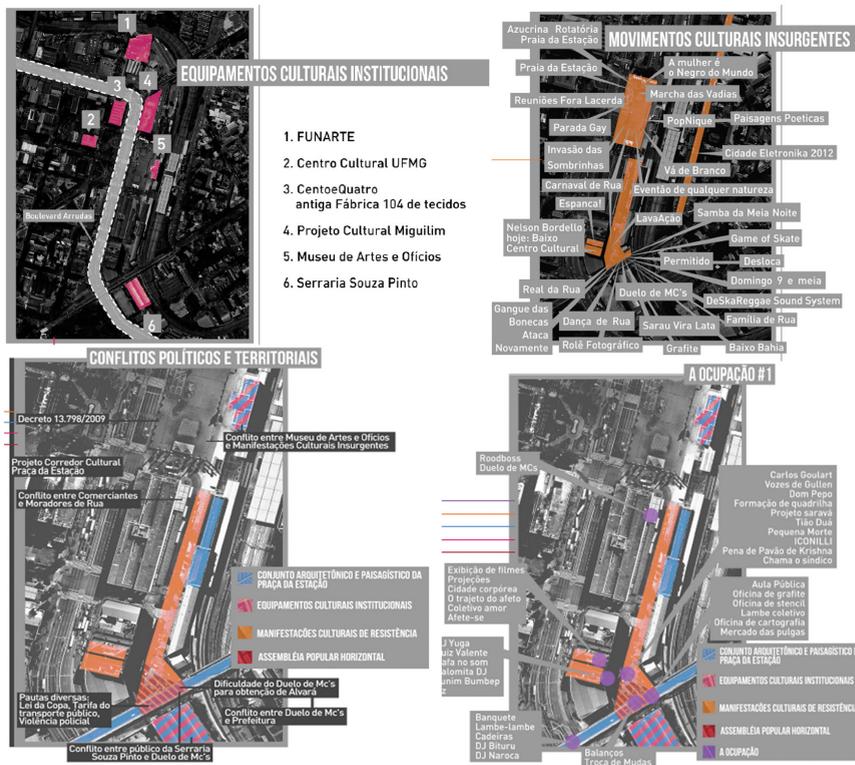
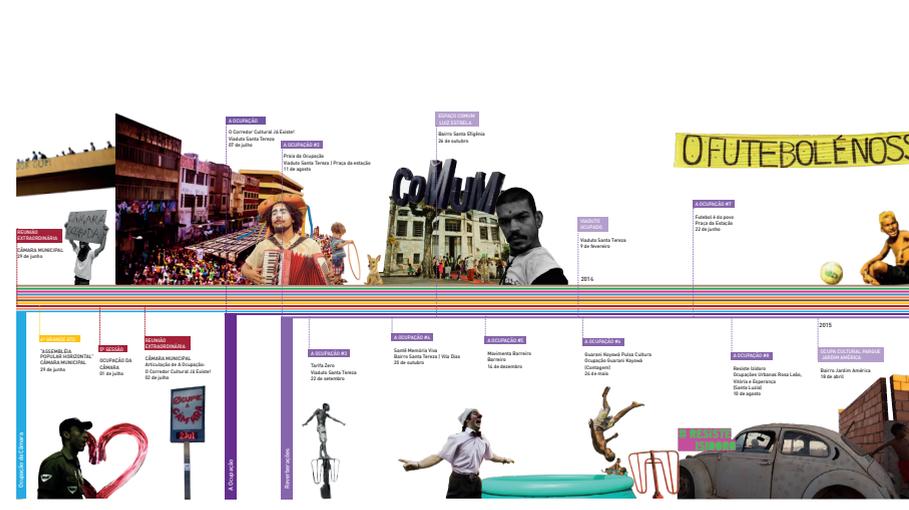
Img. 4 Linha do Tempo.
Fonte: própria autora [13]

[13] A Linha do Tempo foi desenvolvida com a colaboração da pesquisadora e estudante de Arquitetura Marília Pimenta, do pesquisador e estudante de design André Victor Ramos e da estudante de design Ana Cecília Souza.



Img. 3 Mapas. Fonte: própria autora [12]

[12] Os Mapas foram desenvolvidos com a colaboração da pesquisadora e estudante de Arquitetura Marília Pimenta.



aparece também na Linha do Tempo e nas Linhas Textuais, sinalizando a presença desse mesmo ator-processo. No caso da Linha do Tempo tal presença refere-se a uma ordem temporal, isto é, indica em quais períodos do processo analisado as “Manifestações Culturais de Resistência” mostram-se atuantes. No caso das Linhas Textuais, a sua presença indica que estamos discorrendo, ao longo do texto, a respeito de processos nos quais as “Manifestações Culturais de Resistência” encontram-se de alguma forma implicadas.

Tomemos o caso das Linhas Textuais. Se analisarmos o seu papel a partir do conteúdo da escrita veremos que estas funcionam como uma espécie de “fator de referenciamento”. Isto equivale a dizer que, mesmo que o texto não corresponda a uma ordem cronológica ou siga uma lógica necessariamente voltada para a posição espacial das “Manifestações”, tanto uma quanto a outra poderão ser convocadas: basta que o leitor identifique as cores das Linhas Textuais e as compare com aquelas da Linha do Tempo e dos Mapas. Nessa operação, as informações antes supostamente “soltas” no texto, podem ser re-situadas, por parte do leitor, em uma espécie de quadro de referência: sabe-se, ora, de onde e de quando se está falando.

Tal processo funciona também ao inverso. Se partirmos da perspectiva da Linha do Tempo e do Mapa, nos quais os atores-processos encontram-se sistematicamente enquadrados e referenciados, as Linhas Textuais funcionam como uma espécie de “agente desestabilizador”. Em outras palavras, ao direcionar, por meio das cores, os atores-processos antes presos a amarras cronológicas-espaciais a uma escrita em grande medida fragmentária, propensa a ritmos variados (relativos, em muitos casos, mais à experiência afetiva do que a qualquer outro fator regulatório), elas operam de modo a “caotizar”, por assim dizer, a regularidade da Linha do Tempo e do Mapa.

4. Notas finais

Se com este artigo o nosso objetivo foi sugerir alternativas não “arborescentes” ao estudo dos fenômenos urbanos contemporâneos, é porque acreditamos não haver qualquer razão para pensarmos os seus caminhos tortuosos por meio de linhas retas ou “árvores”. Parece-nos mais assertivo, ao contrário, pensá-los por meio de seus desvios e de suas dimensões cambiantes, pelas linhas que neles se ligam, se alastram, se confundem e através das quais as suas conexões se multiplicam. No estudo de “A Ocupação”, o nosso desafio foi precisamente este: empreender formas de “apresentação” ou “experimentação” que, mesmo que de maneira incipiente, fossem

capazes de ativar intensidades por meio das quais as dinâmicas do ato pudessem continuar a reverberar.

Para isso, os conceitos rizoma, Hódos-metá e transversalidade funcionaram, juntos, como uma sorte de baliza. Foi a partir desse conjunto teórico fragmentário que construímos as táticas investigativas utilizadas ao longo do percurso – as Rodas de Conversa e o Diagrama Processo-Espaço-Tempo. Pensadas, antes de mais nada, como exercícios conectivos, tais táticas tiveram como objetivo abrir caminhos para que entrecruzamentos contínuos se operassem entre os territórios engendrados pelo ato. Se no presente artigo nos empenhamos em retomá-las, foi na expectativa de contribuir para a busca – cada vez mais urgente – por estratégias que, ao invés de renderem-se a um simples “achatamento” da multiplicidade característica dos fenômenos urbanos contemporâneos, considerem-na como elemento-chave para a construção de discursos a seu respeito.

REFERÊNCIAS

- BERQUÓ, Paula. **A ocupação e a produção de espaços biopotentes em Belo Horizonte: entre rastros e emergências**. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura, 2015, 507 f.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Felix. **Mil platôs**. Capitalismo e esquizofrenia, vol. 1. Editora 34: São Paulo, 1995 (1980).
- GUATTARI, Felix. **Revolução molecular: pulsações políticas do desejo**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.
- GUATTARI, Félix. **Caosmose**. Um novo paradigma estético. São Paulo: Editora 34, 1992.
- PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCOSSIA, L. **Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2009.
- PELBART, P. P. **Vida capital: ensaios de biopolítica**. São Paulo: Ed. Iluminuras, 2011.
- ROLNIK, Suely. **Cartografia sentimental: transformações contemporâneas do desejo**. Porto Alegre: Sulina; Editora da UFRGS, 2011.
- VEIGA-NETO, Alfredo. Olhares... In: COSTA, Marisa (org.). **Caminhos investigativos: novos olhares na pesquisa em educação**. Porto Alegre: Mediação, 1996, p.19-35.

***Paula Bruzzi Berquó** é graduada em Arquitetura e Urbanismo pela UFMG (2013), mestre pelo Núcleo de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFMG (2015), mestranda em História e Filosofia da Arte na Université Paris 1 Panthéon-Sorbonne.